## DÓRIA ANTECIPA A REFORMA ADMINISTRATIVA EM SÃO PAULO



O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), na tentativa de agradar ao mercado financeiro, mostrou que é tão violento contra os trabalhadores como Bolsonaro ao aprovar, no último dia 19 de outubro, sua "reforma" administrativa, o Projeto de Lei Complementar n. 26. A medida antecipa os efeitos da reforma administrativa de Jair Bolsonaro (PEC 32) para o funcionalismo paulista e atinge de maneira cruel aqueles cujos salários são mais baixos: os profissionais da Educação e da Saúde.

Em troca de verbas para emendas orçamentárias, os deputados dos partidos de direita na Assembleia Legislativa aprovaram o projeto que desmonta os serviços públicos ao retirar direitos dos servidores e, consequentente, da população que deles necessita.

Para tentar camuflar a violência de seu projeto, a Secretaria da Educação, órgão onde se encontra a maior parte dos servidores, anunciou, no dia seguinte à votação do projeto, algumas supostas benesses contidas nele, como a prorrogação, por apenas um ano, dos contratos dos professores da Categoria O que venceriam em 2021. No entanto, a partir de 2023, esses professores estarão submetidos às mesmas regras estabelecidas para os novos contratados e, devido à reforma, não terão, jamais, as chances de alcançarem estabilidade no emprego, uma vez que estão aprovados procedimentos que facilitarão a punição e a demissão de servidores públicos, ao mesmo tempo em que se ampliará a possibilidade de contratações terceirizadas. O fim da estabilidade, conquistada nas lutas históricas dos servidores, condena a juventude do professorado

ao trabalho intermitente e precarizado, além de trazer de volta a prática corrupta dos cabides de emprego para contratações de apadrinhados políticos.

Bolsonaro, por sua vez, quer aprovar, a qualquer custo, a PEC 32, que abrirá caminhos para as privatizações dos serviços públicos essenciais à população. Para isso, Paulo Guedes, ministro da economia, acertou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o valor de R\$ 20 milhões em emendas parlamentares, por deputado. Ao todo o governo vai gastar R\$ 6,16 bilhões em dinheiro público para compra de votos de deputados.

A PEC 32 impacta os atuais e novos empregados públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias nos três níveis de governo (União, Estados/DF e Municípios). No entanto, ela não atinge os membros do Poder Legislativo e Judiciário, onde estão os altos salários e os privilégios.

Há que se construir uma luta nacional, que envolva o funcionalismo federal, estadual e, principalmente, o municipal, pois é nos municípios em que se encontra a maioria dos servidores, que atende à maior parte do povo brasileiro.

O exemplo de São Paulo deve servir de alerta às organizações de luta dos trabalhadores: é preciso unificar nacionalmente todas as categorias de trabalhadores afetadas por essas contrarreformas e levar às ruas, e em greves, uma resistência combativa contra o conjunto das políticas neoliberais que têm conduzido os trabalhadores à pobreza e à escravidão. Somente por meio da luta organizada é possível fazer aumentar o poder de confiança dos trabalhadores em suas próprias forças.

Pela construção de uma Frente Única das Forças de Esquerda para derrotar o conjunto das políticas neoliberais dos partidos da direita, que destroem a vida do povo em nome dos lucros de bilionários parasitas! Fora Bolsodória!

Pela convocação de atos unificados dos servidores em todo o País no dia 28 de outubro, dia dos Servidores Públicos!

Dia 12 de novembro – assembleia estadual dos professores paulistas, às 14 horas, na Praça da República.

## DÓRIA PASSA SUA BOIADA COM O NOVO ENSINO MÉDIO



Assim como Bolsonaro, João Dória(PSDB) se aproveita da pandemia para "passar a boiada" sobre os serviços públicos. A aligeirada adoção do Novo Ensino Médio irá ampliar drasticamente a desigualdade educacional entre os filhos de ricos e os filhos de pobres, além desprofissionalizar o trabalho docente.

Em eventos com objetivos eleitoreiros, Dória e Rossieli tripudiam sobre os professores ao festejarem a implementação da reforma empresarial da Educação, que significa fechamento de salas, turnos e escolas, exclusão dos alunos que trabalham e enxugamento do currículo para formar trabalhadores aptos para o trabalho sem direitos. Tudo isso para favorecer, com

dinheiro público, empresários bilionários que fazem parcerias com o Estado. Ao estabelecer trabalho por metas e uma seleção "por perfil", como já ocorre no Projeto de Escolas de Tempo Integral (PEI) por exemplo, o governo cria condições para o fim da estabilidade docente alcançada por meio de concurso público.

Não à Reforma Empresarial da Educação! Por Educação pública gratuita e de qualidade para todos!

## ABONO-FUNDEB: O DINHEIRO É NOSSO E DEVE SER TRANSFORMADO EM SALÁRIO



Com muita hipocrisia, o governador João Dória e seu secretário da Educação Rossieli Soares anunciaram, no dia dos professores, o que chamaram de presente: um abono cujo valor será proporcional à carga horária dos servidores da Educação. Na verdade, trata-se do cumprimento do novo mínimo de 70% de gastos de pessoal, estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação Básica (Fundeb). Essa verba pertence aos profissionais da Educação e não foi destinada adequadamente durante o ano.

De acordo com a proposta de Anteprojeto de Lei Complementar enviada à Alesp, o abono tem natureza excepcional, exclusivamente para o exercício de 2021 e deixa de fora os aposentados e os Agentes de Organização Escolar (AOE).

Abonos não agregam valor aos salários e não impactam os benefícios da carreira, nem a aposentadoria. No estado mais rico do País, os salários dos professores, hoje, estão abaixo do piso salarial profissional nacional.

Queremos uma política salarial que valorize o trabalho da categoria. Exigimos o fim do confisco dos salários dos aposentados e um reajuste salarial que recomponha o poder de compra de nossos salários.

